

Recebido: 15/12/2019

Aprovado: 02/02/2020

DOI: 10.26512/emtempos.vi35.28651

Inglatera, uma nova Israel: usos do Deuteronômio, espaço imaginário e legitimação no discurso cronístico da Batalha de Agincourt – século XV

Caio de Barros Martins Costa

Doutorando em História na UFF

costacaio@id.uff.br

Resumo: O livro do Deuteronômio sem dúvida ocupa um espaço importante entre os livros do Pentateuco, e que influenciou de maneira especial os discursos políticos durante a Idade Média. É nesse livro que a ideia de Israel e seu povo como escolhidos por Deus e a ideia de “terra prometida” aparecem com maior clareza. Este artigo visa analisar os elementos do Deuteronômio que aparecem nas crônicas inglesas do século XV, especialmente relacionadas aos reis Lancaster, e como num discurso sobre a Batalha de Agincourt em meio à Guerra dos Cem Anos formou-se uma ideia de reino e identidade formulados com base em discursos do Antigo Testamento. A Idade Média produziu espaços imaginários, e, portanto, a Inglaterra e seus reis representavam uma nova Israel e seus reis. Os monarcas especialmente eram vistos como escolhidos por Deus,

guias do povo para a glória e vitória, que garantia a materialidade de aspectos presentes no imaginário cristão, presentes também nas crônicas. Mais que uma simples representação, a Inglaterra era uma Nova Israel e seu povo o escolhido. *Palavras-chave: Batalha de Agincourt; Deuteronômio; Medievo Inglês.*

Abstract: The book of Deuteronomy undoubtedly occupies an important space amongst the books of the Pentateuch, and which greatly influenced the political speech during the Middle Ages. It is in it that the ideas of Israel and its people as chosen by God and promised land to appear more clearly. This paper seeks to analyse the elements of Deuteronomy which appear in chronicles of the 15th century, especially the ones related to Lancastrian kings, and how a speech over the Battle of Agincourt within The Hundred Years War produced an idea of realm and identity based on the discourses of the Old Testament. The Middle Ages formulated imaginary spaces, and therefore England and its kings are represented as a new Israel, as well as their kings. The monarchs especially are seen as chosen of God, guide of the people towards glory and victories, which guarantees a materiality of aspects present in Christian imaginary, taken to the chronicles. More than a representation, England is a new Israel and its people the chosen one.

Keywords: Battle of Agincourt; Deuteronomy; Medieval England.

Introdução

Em agosto de 1415 o rei Henrique V de Inglaterra desembarcou na França para reivindicar seus direitos como rei francês, e as terras que os ingleses há muito acreditavam terem sido tomadas indevidamente pelos franceses. Com sua tropa na região da Normandia, o rei iniciou um cerco à cidade de Harfleur, atacando a região com catapultas e espalhando horror entre seus habitantes. Os nobres locais vendo os terríveis e constantes ataques causados pelos ingleses solicitaram uma audiência com Henrique V para pedir misericórdia, mediada pelo irmão do mesmo, o duque de Clarence. O monarca inglês, sendo “misericordioso” e com grande “reverência a Deus” aceitou cessar os ataques até a festa de São Miguel. Todavia, a fim de manter o acordo, os nobres franceses deveriam se entregar aos ingleses, assim como o povo de Harfleur. A única salvação dos mesmos seria uma ação do monarca francês Carlos VI para garantir a liberdade dos cidadãos. Sem nenhuma ação do mesmo, Henrique V recebeu a

cidade e todos os cidadãos que lá viviam. Também, os príncipes franceses passaram a oferecer fidelidade ao rei dos ingleses. (Cf. WALSINGHAM, 2005: 406-407)

A narrativa brevemente apresentada faz parte da *Chronica Maiora* do monge beneditino Thomas Walsingham, e contemporânea aos eventos de 1415, feita com muitos detalhes. Essa mesma narrativa também é apresentada em outros autores contemporâneos a Henrique V, como Adam de Usk, um padre originário do País de Gales. Com uma ou outra informação diferenciada, Walsingham e Usk possuem de maneira geral o mesmo fundo narrativo e ambos influenciaram cronistas do final do século XV, como John Capgrave, um frade agostiniano de Bishop's Lynn em Norfolk. O que chama nossa atenção de forma geral, além da similaridade entre tais narrativas, é a forma como foram elaboradas. Contendo, sobretudo, referências ao texto bíblico. E, tratando-se de um contexto bélico, é claro, o Antigo Testamento possui destaque. Por exemplo, o capítulo 20 do Deuteronômio narra que durante a luta contra seus inimigos e na tomada de cidades, os israelitas deveriam primeiro buscar a paz e rendição dos povos, caso o mesmo não acontecesse, deveriam confiar na espada de Deus, que garantiria a vitória dos israelitas. (Dt. 20:10)¹ Ora, sem dúvida essa narrativa bíblica do Deuteronômio, independentemente de ser similar ou não aos fatos do cerco de Harfleur, influenciou a escrita dos cronistas ingleses do século XV. E com ela, projetam uma imagem do *Rei* e do *Reino*. O rei Henrique V como o escolhido de Deus para liderar os ingleses a um futuro de glória e vitórias, e a Inglaterra como uma Nova Israel, a eleita de Deus entre os povos da Cristandade.

Está em jogo no final da Idade Média a emergência do *Reino* para além de seus aspectos físicos (já afirmado em muitos casos, como a Inglaterra, desde o século X-XI)². Ou seja, junto ao processo constante de fortalecimento da autoridade régia e expansão da administração e burocratização do governo, estava a produção de todo um simbolismo político que levava em consideração a figura do rei e a construção de uma identidade, o que justifica de certo modo o aumento da produção de obras de cunho educacional dos príncipes, os famosos *espelhos de príncipes* e também crônicas, tendo como principal característica a narrativa das origens do reino e a história dos reis.

¹ É importante salientar que todas as citações do texto bíblico neste artigo são originárias da Bíblia de Jerusalém, editada pela Paulos.

² A unificação dos reinos anglo-saxões ocorre na Inglaterra no século X e, nos outros reinos europeus, como o caso da França, seu território estava já mais ou menos delineado no século XI. Na Península Ibérica, Portugal tem sua formação no século XII, enquanto no que hoje chamamos de Espanha, Castela e Aragão possuem destaque.

Justifica também porque em reinos como a Inglaterra – num estado constante de guerra – os eventos bélicos auxiliaram na expansão da autoridade régia e a construção da identidade inglesa. (Cf. GENET, 2015: 32-33)

Não podemos esquecer, ainda, que o fato de cronistas do final da Idade Média utilizarem narrativas bíblicas para afirmar a imagem de um rei e a identidade do reino, confirma um certo “clichê” bem conhecido pela historiografia e afirmado por Jacques Le Goff, do político e os simbolismos políticos como província do religioso. (Cf. LE GOFF, 2010: 202). Ao longo deste artigo pretendo discutir a questão da memória, que surge como um plano de fundo essencial para compreender noções como de espaço imaginário (a Inglaterra como uma nova Israel), a legitimidade do poder régio e também da identidade inglesa. Portanto, veremos algumas questões acerca do conceito e dos usos do passado, a fim de entender com profundidade como cronistas do século XV estruturavam suas narrativas. Sendo assim, como fontes principais, já salientado, temos as crônicas. Como autores de destaque, também já citados Thomas Walsingham, Adam de Usk e John Capgrave. Por fim, tem-se aqui um foco na narrativa do Deuteronômio, e compreender como ela auxiliou na produção de memória sobre Agincourt.

Iremos debater esta questão mais à frente, porém, vale salientar agora, que nessas narrativas, mais que a famosa Batalha de Agincourt, o caminho para a mesma ocupa um espaço privilegiado. Nota-se também que algumas questões neste artigo encontram-se em fase exploratória, portanto o leitor deve encontrar questões e argumentos que necessitam de aprofundamento reflexivo.

Usos do passado, memória e *Reino*.

No início da década de 1460, o frade agostiniano John Capgrave escrevera um dos maiores trabalhos de sua vida: *The Chronicles of England*. Uma compilação da história do reino inglês, interligada com o passado bíblico, a história dos gregos e romanos, os primeiros passos do cristianismo e é claro, a história da Cristandade. Todavia, de início nos interessa a dedicatória do autor para Eduardo IV de York. Capgrave deixa claro que sua intenção no processo de elaboração da crônica era a produção e perpetuação da memória. Afirma que bem se sabe de seus trabalhos em compilar histórias, sobretudo, de cunho sagrado. Para o próprio cronista, essas histórias

foram ignoradas por muitas gerações e, portanto, isto justifica seu objetivo de formar um corpo com essas narrativas. (Cf. CAPGRAVE, 1858: 1)

O roteiro narrativo seguido por John Capgrave em narrar a história do reino inglês ligada a um passado bíblico e da Cristandade não é algo novo para os padrões da Europa no final da Idade Média, aliás são vários os exemplos em outros reinos de crônicas que seguem o mesmo estilo. Porém nos serve entender que os protagonistas da narrativa, sobretudo a partir do século XIII são os reis. Ou seja, para além de simplesmente contar a vida dos monarcas, as crônicas narram o destino da Inglaterra (do *Reino*) que está interligado de forma indissolúvel da figura do monarca. Outros cronistas anteriores a ele seguem os mesmos caminhos. Thomas Walsingham, por exemplo, dedicou sua narrativa em *The Chronica Maiora* aos anos de Ricardo II, Henrique IV e Henrique V. O mesmo foi feito por Adam de Usk em sua *Chronicon Adae de Usk*. Em meados do século XV, antes de escrever suas crônicas sobre a Inglaterra John Capgrave escreveu para Henrique VI uma compilação de histórias sobre soberanos ingleses e nobres da Cristandade chamados “Henrique”: *The Book of Illustrious Henries*.

Interessa-nos saber que, o padrão de escrita dessas crônicas, com claras intenções de produzir memória, estão relacionadas diretamente com o contexto de elaboração das mesmas: de afirmação da monarquia, além do contexto de guerra que influenciou na imagem do *Reino* e sua identidade. Neste quesito a historiografia já avançou muito para compreender que o passado era utilizado como forma de legitimação de ideias, era em muitos casos ressignificado de acordo com as perspectivas e necessidades do presente. (Cf. INNES, 2004: 8) Sendo assim, devemos considerar que ao citar, mesmo que indiretamente trechos do Deuteronômio e também outros livros bíblicos, esses cronistas ingleses recuperam uma narrativa que segundo o imaginário e crença do cristianismo não são simples anedotas, mas sim eventos que de fato ocorreram, portanto um passado bem real e que se faz presente. Seguindo as perspectivas de Vânia Fróes (Cf. FRÓES, 1995), a bíblia é sem dúvida o antro da memória e manutenção do passado judaico-cristão, capaz de fomentar uma identidade dos indivíduos assim como representações de inclusão e exclusão.

A memória desse passado, *escrita* numa multiplicidade de livros e outros textos constitui uma referência básica na reprodução do grupo e na transmissão cultural. A Bíblia organiza e direciona a expansão

Em tempo de
Histórias

evangélica, conferindo aos grupos cristãos uma *memória* – narrativa de uma experiência temporal comum que garante um sentimento de continuidade capaz de gerar representações e processos de inclusão e/ou exclusão do grupo. (FRÓES, 1995: 55)

Desenvolve-se, portanto, no seio do cristianismo uma noção de povo eleito, herdeiros e salvos. Tradição fomentada pela herança do texto bíblico, que transforma, segundo Fróes, cada cristão num cruzado portador da verdade, não apenas no sentido do guerreiro, mas sim de pregador e conhecedor da verdade pautada no mito de Cristo e seu sacrifício. Portanto, mesmo quando analisamos elementos do Antigo Testamento na narrativa sobre a guerra e os reis no final da Idade Média, estamos também discutindo como o cristianismo ressignificou tais relatos fomentado um sentimento identitário do que é ser cristão.

As noções de *Povo Eleito, Terra Prometida, Aliança e Nova Aliança, Reino e Rei* que a Idade Média herdou e releu são categorizações políticas que se mesclam com o imaginário religioso. O texto escrito às vezes duramente normativo, traz também a alentadora promessa da salvação diante de um Deus-Rei *sábio, justo*, misto de *carne e luz* vindo à Terra por um corpo humano, entre as bestas, os pastores e as estrelas. Que fonte maior de fantasia? Moisés, Saul, David, Salomão e Cristo são certamente os antepassados de Carlos Magno, S. Luís e o Mestre de Avis. Pois é isso que afirmam as genealogias, e as inúmeras representações em forma de árvore das gerações cristãs – a árvore de Jessé, por exemplo, que abriga todos os tempos do mundo. Tempos que certamente pertencem à *Plebis Christi*. (FRÓES, 1995: 56)

Devemos também ressaltar outro ponto importante, a rede de influências e contribuições entre os cronistas dos quais tratamos neste artigo. Mary Carruthers aponta que devemos observar a memória como um “livro” em que toda experiência ou senso de percepção é capaz de construir uma memória. (Cf. CARRUTHERS, 2008: 19) Sendo assim, a memória produzida pelos homens medievais, independentemente de ser uma memória oral ou escrita possuem no geral formas de estruturação semelhantes. O que quero dizer é: muito do que foi produzido por cronistas, mesmo contemporâneos aos eventos de 1415, carrega elementos de uma oralidade. Para além do passado bíblico, tradições locais ou mesmo religiosas estão presentes na narrativa. Um exemplo disto: esses pensadores apontam que após a vitória de Henrique V em Agincourt em 1415, as cidades na Inglaterra, sobretudo Londres, comemoravam a vitória do rei, que era também uma vitória da Inglaterra. Logo depois, embora não se saiba a data exata, foi

produzida uma canção: *Agincourt Carol*, escrita em língua vernácula, exaltando a Inglaterra, o rei e o povo. Demonstra que a escrita cronística não se desvincilha de uma tradição literária (escrita ou oral) geral.

Portanto, com objetivos legitimadores e de construção de identidade que é forjada através da memória, a tradição cronística inglesa do final da Idade Média recuperou diversos elementos da tradição bíblica, especialmente do Antigo Testamento, contribuindo para formar a ideia da Inglaterra como povo eleito. Estamos, assim, entrando num campo que muitos historiadores se dedicaram diretamente ou indiretamente nas últimas décadas: dos espaços imaginários na Idade Média. Sendo assim, dizer que a Inglaterra era representada como uma nova Israel nas fontes medievais é muito mais que uma simples representação, mas sim o que o reino de alguma forma pretendia ser. Deve-se pensar que essas narrativas não eram exclusivas do reino inglês, outras regiões da Europa possuíam representações similares e em alguns casos não diretamente com Israel, mas o plano de fundo dos espaços imaginários se mantinha presente. Por exemplo: historiadores portugueses perceberam que a cidade de Lisboa durante os séculos XIV e XV era comparada com o grande esplendor de Roma. D. João I de Portugal, também chamado de Messias de Lisboa tinha uma imagem de salvador, responsável por guiar um povo escolhido para a Glória. Em Castela, Afonso X era chamado de “o rei sábio”, em clara associação com Salomão, no qual a tradição bíblica chamava de sábio. Não estariam os intelectuais castelhanos comparando Castela com Israel? E não podemos esquecer do exemplo do Sacro Império, que mais que uma representação de Roma, desde os tempos dos Carolíngios, pretendiam ser o próprio Império Romano. A historiografia, principalmente francesa, é clara ao fazer um mapeamento de como publicistas franceses medievais criaram uma “religião monárquica”. Os reis Capetíngios e Valois se afirmavam como os “mais cristãos”, unguídos por um óleo vindo do céu, tendo a insígnia da Flor-de-Lis. Além disso, a capacidade miraculosa desses reis que juntos confirmavam um caráter devocional do povo francês e um status especial perante Deus, além da França como um povo eleito.

No caso da Inglaterra podemos ainda nos aprofundar, pois muitas das representações dos ingleses como eleitos são fruto das rivalidades com a França. De acordo com John McKeena tornou-se comum desde o início da Idade Média a discussão de qual seria a “nacionalidade” ou “identidade de Deus. E no caso inglês, embora essa reivindicação ocorresse na Idade Média, ela foi fortalecida na era elisabetana e Stuart.

(Cf. MCKEENA, 1982: 25) Nos séculos XII e XIII, quando afluíram as rivalidades entre as monarquias francesa e inglesa, os últimos, como uma forma de afirmação, ou nas palavras de Mckeena “propaganda política”, de certo modo reproduziram símbolos de seus inimigos: a consolidação de Westminster como local sagrado e principal sítio de coroação dos reis (comparado a Reims no caso francês); e ainda a utilização do óleo sagrado com origens divinas de Thomas Becket (similar em alguns pontos com a lenda da santa âmbula). Entretanto tais tradições foram transformadas de acordo com os costumes locais. (Cf. MCKEENA, 1982: 30)

Há sem dúvidas certas diferenças entre as ideias de reino do mundo hebraico e aquelas produzidas pelo Cristianismo. Todavia isto não significa que ambas não se relacionam de alguma forma segundo as narrativas medievais. Pelayo aponta que uma das principais ideias do mundo hebraico é de Deus como um rei natural, governante da terra e dos céus, controlador do tempo (passado e futuro) e conseqüentemente quem põe e retira reis do trono. Deus é, pois, quem governa efetivamente, reto e justo, rodeado de um exército celeste, dono de toda majestade. Corrobora com essa ideia os hebreus como uma comunidade político-religiosa governada por Deus. Portanto as guerras e embates enfrentados por Israel são santas, em nome de Deus, desta forma os inimigos de Israel são inimigos do Deus-Rei. (Cf. PELAYO, 1981:156) Com o advento de Jesus Cristo, ocorre uma renovação da fé e assim o surgimento de esperanças messiânicas. Jesus visto como o filho de Deus, mas também do homem, responsável por manter o reino do salvador na terra. (Cf. PELAYO, 1981:164) Sendo assim, os autores medievais quando formulavam uma ideia de espaço imaginário recuperavam a tradição hebraica do reino e de uma noção de *povo eleito* governado por um Deus supremo, com a própria noção de reino do Cristianismo com fortes concepções messiânicas. Ao mesmo tempo que muitos reinos eram comparados com Israel, os reis espelhavam os ensinamentos do Cristo Messias para levar seu povo à glória.

O caminho para Agincourt e os usos do Deuteronômio na narrativa

Antes de apresentar os elementos da narrativa sobre o caminho para Agincourt e discuti-los, devo primeiro salientar alguns pontos do contexto que auxiliam o leitor a compreender alguns argumentos.

A Batalha de Agincourt de 1415 se enquadra no grande evento que os historiadores convencionaram chamar de Guerra dos Cem Anos (1337-1453), num conjunto intermitente de batalhas e contendas (às vezes diretas ou indiretas), entre franceses e ingleses, numa briga, de modo geral, pelo trono da França, mas que também envolvia questões de soberania, desenvolvimento do Estado, comércio e direitos feudais. O evento em si, apesar de longo, com duração de 116 anos, carrega consigo certa unidade. Bem apontado por Christopher Allmand, os homens do século XV tinham clara noção de que a guerra que lutavam era a mesma iniciada na primeira metade do século anterior (Cf. ALLMAND, 1973:1). Essa unidade, entretanto, não se afirma no que tange a organização social dos reinos envolvidos. A Inglaterra do século XV, por exemplo, não era a mesma do século XIV, mudança notável, especialmente nos assuntos de política interna. (Cf. ALLMAND, 1973:20) Após dois séculos com os Plantagenetas à frente do trono inglês, os Lancaster assumiram em 1399. Mais tarde em meio às instabilidades dinásticas, os York tomam o trono, sem de modo algum encerrar os conflitos, terminando o século XV com os Tudor no trono.

A Batalha de Agincourt foi a primeira campanha militar dos ingleses desde os últimos anos de Eduardo III no trono no século XIV. A produção de memória sobre a mesma, formada nas crônicas inglesas da época, também em documentos oficiais (como a chancelaria) e em poemas e canções; guarda elementos do contexto político conturbado, no qual Henrique V de Lancaster necessitava legitimar sua autoridade em meio à aristocracia, sendo ele herdeiro de um monarca que usurpou o trono.³ A questão da legitimação dinástica foi sem dúvida um elemento que influenciou e também foi influenciado pela guerra. Ir à guerra era um fator que possibilitava a propagação de uma imagem do rei, sobretudo do grande guerreiro e herói. Ao mesmo tempo o sucesso ou não na guerra ditava diretamente a estabilidade ou instabilidade do reino. É o exemplo de Henrique V, seu sucesso em Agincourt em 1415 e depois nas campanhas de 1417 e 1419, com a consequente assinatura do Tratado de Troyes em 1420 (que conferia uma monarquia dual – França e Inglaterra), confirmou na Inglaterra os Lancaster como justos detentores do trono inglês. A guerra continuou a influenciar os destinos políticos

³ Henrique de Bolingbroke, duque de Hereford, havia sido enviado a exílio por Ricardo II em outubro de 1398. Após a morte de seu pai, John de Gaunt duque de Lancaster no início de 1399, o rei retirou os direitos de herança de Bolingbroke que retorna a Inglaterra para reivindicar seus direitos, mas também depor Ricardo II. Em outubro de 1399 Henrique de Bolingbroke é coroado Henrique IV na Abadia de Westminster, ungido pelo óleo de S. Thomas Becket, tornando-se o primeiro Lancaster no trono.

na Inglaterra após a morte de Henrique V. Durante o reinado de seu herdeiro, Henrique VI, as constantes derrotas militares na França influenciaram diretamente nas contendas políticas dentro da Inglaterra, logo após o fim da Guerra dos Cem Anos em 1453, dois anos depois inicia-se a Guerra das Rosas, que unia problemas internos dinásticos e externos relacionados à perda da França.

Interessa-nos, sobretudo, entender que a Guerra dos Cem Anos teve um papel fundamental na construção da Inglaterra como um Estado. E isso é apresentado na narrativa cronística do século XV. Resultado, especialmente, das taxações desenvolvidas para financiar a guerra e a demanda de um maquinário militar efetivo que criou também uma estrutura administrativa complexa para questões de guerra. Como também, com total importância neste artigo, a formação de uma identidade: para Anne Curry a guerra era um instrumento essencial para criar um senso de identidade e unidade. (Cf. CURRY, 2002: 8)

Com os governantes ingleses frequentemente lembrando aos seus súditos de que a intenção de seus inimigos franceses era invadir e destruir a língua inglesa, não é surpresa que esta língua deveria ser exaltada, e um senso de “*Englishness*” portanto engrandecido” (CURRY, 2002: 8).⁴

Ou seja, embora a guerra fosse pelo direito dos reis – direitos feudais e dinásticos – ela ganhou um sentido de guerra do povo. Foi assim, especialmente por ação da monarquia para que assim se acreditasse. Muitos historiadores discutem sobre a ação de Henrique V em Agincourt, uns com grande admiração e atribuindo caráter heroico do mesmo. Por outro lado, há pesquisadores que criticam suas ações em guerra, vendo-as como uma vaidade e “desespero” por legitimação. Independentemente de uma imagem heroica de Henrique V ter sido formada e também seus constantes anseios por legitimação, Christopher Allmand defende que Henrique V utilizou de seus atos militares para unificar o reino e a nobreza, além de ter sido um grande legislador e administrador. (Cf. ALLMAND, 1992: 1.) Podemos, no entanto, observar os discursos que a batalha nos oferece, e também os significados da mesma. Isto é, analisar um evento como a Batalha de Agincourt, mais que a própria batalha em si, é compreender o

⁴ (Tradução Livre) “With English governments frequently reminding their subjects that the enemy French were intent upon invading and destroying the English tongue, it is not surprising that this tongue should be extolled, and the sense of Englishness thereby enhanced.”

sentido que a narrativa dá à mesma, priorizando o caminho para a campanha, as táticas e técnicas militares, os envolvidos e resultados, perdas e vitórias, vencedores e vencidos. O discurso sobre o caminho para Agincourt demonstra um anseio por legitimação de grupos e ideias políticas, formas de pensar, crenças, trata-se de uma demonstração do imaginário cristão medieval.

Tendo em mente brevemente alguns aspectos dos caminhos da Guerra dos Cem Anos no século XV, vale também pensar rapidamente sobre alguns problemas do Deuteronômio que são a base para entender as influências deste texto nas crônicas. O Deuteronômio reúne diferentes tradições; é um texto moralista, que contém leis e ideias de uma sociedade ideal. Como dito por Bernard Levinson em sua introdução ao texto na *The Jewish Study Bible* (LEVINSON, 2004) o Deuteronômio apresenta problemas de entendimento da relação entre o passado e o presente, tradição e necessidades do momento contemporâneo, revelação e interpretação, como também as ideias de povo escolhido e terra prometida. Em todos os livros da *Torah*, o conceito de terra prometida está presente, todavia o alcance da mesma só ocorre na narrativa do Deuteronômio, além dessas ideias serem reforçadas em tal livro.

O livro é organizado em três discursos que se relacionam diretamente: uma revisão da história dos israelitas desde a saída da escravidão no Egito e até o tempo no deserto; a exposição das leis; por fim a instrução ao povo da importância da lealdade a Deus. A narrativa do livro há muito é atribuída a Moisés, porém pesquisadores de diversas áreas apontam que a escrita do Deuteronômio teria ocorrido provavelmente por volta do sétimo século a.C. por escribas da corte real de Jerusalém. (Cf. LEVINSON, 2004: 357) Portanto o Deuteronômio reúne diversas tradições do Oriente Próximo, sobretudo de alguns tratados neo-assírios, como exemplo, o fato de que o autor do texto não se cita e muito menos coloca sua pessoa na narrativa, atribuindo a escrita a figuras históricas importantes, no caso do Deuteronômio: Moisés. (Cf. LEVINSON, 2004: 358) As leis do Deuteronômio tratam de questões mais amplas como a devoção, o calendário festivo, as grandes instituições da vida pública, sacerdócio e profecia. Discursa também sobre leis criminais, os ideais de famílias, leis civis e éticas. E por trás de todas essas leis é estabelecida uma noção de tratado ou pacto entre Deus e o povo escolhido.

Durante a Idade Média, intelectuais parecem ter recuperado algumas das ideias representadas no Deuteronômio.

Se ainda pensarmos na perspectiva da identidade, cada inglês no final da Idade Média possui um conjunto de identidades: regional, religiosa, linguística, mas também de um passado cristão, que é definitivamente uma identidade ligada a um passado bíblico. Portanto, quando cronistas do século XV utilizam elementos do Deuteronômio, eles recuperam a essência do texto bíblico: o passado Israelita e as promessas de Deus. Na primeira parte do Deuteronômio, há um relato do período em que os israelitas estavam no deserto esperando para entrar na terra santa. É uma lembrança do passado de Israel desde o momento em que eles deixam a escravidão no Egito, até suas intenções de alcançar a terra santa. Eles lutam contra seus inimigos, depõem reis de seus tronos, conquistam cidades, tudo com o direto auxílio de Deus. (Dt. 1:6 – 3:29) É claro que essa ação direta de Deus nas campanhas de Israel apenas ocorre se os mesmos acreditassem e fossem fieis nos planos divinos, afirmando a ideia de pacto presente no Deuteronômio.

Vale salientar que ao ler as crônicas, as narrativas do Deuteronômio não aparecem de forma direta, mas sim entrelaçadas, de forma quase velada em meio aos eventos, sobretudo de guerra no período, restando ao historiador um trabalho minucioso de análise das fontes. Ao mesmo tempo a construção da imagem da Inglaterra como um povo escolhido, isto é, uma nova Israel predestinada à glória, também aparece nas entrelinhas, não ditadas diretamente pelos autores do período. O Deuteronômio não relata problemas internos em Israel, mas sim nas campanhas de tal povo contra seus inimigos. Assim, corrobora com o contexto do século XV da Guerra dos Cem Anos, para que os cronistas do período recuperassem ideias do texto bíblico. Vejamos: era comum nos textos ingleses do final da Idade Média, os intelectuais utilizarem elementos da tradição veterotestamentária para discursar sobre justiça e guerra, sobretudo no que tange as ações da realeza. Deus aparece com uma imagem de um “mestre da justiça” e “mãos pesadas” com os oponentes de Israel. Entretanto quando os cronistas e tratadistas discursam sobre virtudes de paz, amor, piedade e preocupação com os inocentes em meio à guerra, há uma clara referência ao Novo Testamento, pois Cristo era piedoso e com virtudes de bondade.

Quando Henrique V lançou suas intenções de conquistar o trono francês, um direito que segundo intelectuais do período pertencia aos ingleses por direito divino, um discurso moralista que envolve questões de alteridade foi desenvolvido. A memória de Agincourt possui um sentido quase de “peregrinação”, onde há a atuação dos santos, um encontro com o sagrado, além de apresentar elementos da tradição bíblica (como é o

caso do Deuteronômio). Agincourt tornou-se um marco utilizado repetidamente por autores do período, manteve-se na literatura e alcançou Shakespeare no século XVI. Afinal, toda sua obra sobre Henrique V possui como destaque a narrativa do caminho e da batalha. A memória de Agincourt, certamente, é a memória de todo o caminho percorrido pelo rei e seu exército e as consequências disto.

O discurso de alteridade que foi estabelecido acerca da batalha de Agincourt é estruturado através da exaltação da figura de Henrique V e desmoralização dos franceses como injustos que buscam a guerra. O cronista Adam de Usk já dizia que em 1414 Henrique V enviou à França os bispos de Durham e Norwich, junto com o conde de Dorset a fim de manter a paz com o rei da França e assim propondo um casamento com Catarina de Valois. A resposta dos franceses teria sido de “risadas” e “deboches”. (Cf. USK, 1904: 125) No entanto um relato mais ampliado aparece em Thomas Walsingham, que acusava os franceses e seu rei de “ações traiçoeiras”. (Cf. WALSINGHAM, 2005: 399) Anos mais tarde John Capgrave em sua crônica sobre os ilustres Henriques afirmou que o monarca buscando primeiro a paz, enviou ao delfim de França uma carta para que o mesmo lhe cedesse seus direitos.

Aqui a questão do casamento deste mais ilustre rei foi abordada, e ele cedeu e assim concordou que tal consorte para ele fosse encontrada, para assim garantir a paz e harmonia sobre o reino. Ele então escreveu ao Imperador, a outros reis católicos e príncipes, para fazer ligações de paz e amizade, e enviou embaixadores especiais para o rei da França, por tocar no seu direito sobre a Normandia e outros territórios injustamente retidos pelo rei. Mas ele atrasou seus enviados com bufonaria e zombarias e então voltaram para casa com nada feito. Diz-se por aí que naquela época o Delfim enviou algumas bolas de tênis para nosso rei, para que ele assim exercitasse o jogo junto com seus jovens homens, presumindo que ele não sabia lidar com um reino tão nobre. Nosso rei logo respondeu por uma carta que iria enviar tais bolas para tomar suas cidades e fazer as grandes torres tremer. (CAPGRAVE, 1858: 129-130)⁵

⁵ (Tradução Livre) “Here the subject of this most illustrious king's marriage was broached, and he gave way and consented, provided such a consort could be found for him as would conduce to the peace and harmony and quietness of the realm. He then wrote to the emperor, and other catholic kings and princes, to make leagues of peace and friendship, and sent special ambassadors to the king of France, touching his right in Normandy and the other territories unjustly retained by the French. But they delayed the envoys with buffoonery and mockeries; and so in the end they came home with nothing done. (...) It is said, moreover, that at that time the dauphin sent some common tennis balls to our king, and bade him exercise his young men with them; and not presume to contend with so noble a kingdom. Our king answered shortly by letter that he would send them balls which should make their cities and strong towers tremble.”

O objetivo de Henrique V, segundo o relato de cronistas como John Capgrave, era a busca da paz, não só com a França, mas com todos os soberanos da Cristandade. A tradição cronística, portanto, reafirma sua imagem como pacificador, providencialista de seu povo e grande diplomata. São também virtudes de certa forma presentes no Deuteronômio. Afinal, como citado no início deste artigo, em Deuteronômio 20, a paz deve ser buscada em primeira instância, caso não fosse conseguida, a espada de Deus seria usada.

Quando estiveres para combater uma cidade, primeiro propõe-lhe a paz. Se ela aceitar a paz e abrir-te as portas, todo o povo que nela se encontra ficará sujeito ao trabalho forçado e te servirá. Todavia, se ela não aceitar a paz e declarar guerra contra ti, tu a sitiáras. Iahweh teu Deus a entregará em tua mão, e passarás todos os seus homens ao fio da espada. Quanto a crianças, animais e tudo e que houver na cidade, todos os seus despojos, tu os tomarás como presa. E comerás o despojo dos inimigos que Iahweh teu Deus te entregou. (Dt. 20:10)

John Capgrave também afirma que os franceses eram “injustos”, enviando bolas de tênis ao rei inglês, dizendo que o mesmo era jovem e não teria a “capacidade” de reivindicar ao reino. Responde aos ingleses com zombarias e bufonarias. (Cf. CAPGRAVE, 1858: 129) No entanto, mesmo esse discurso um tanto moralizante de John Capgrave, não está isolado de referências antigas. O passado é apresentado pelo autor, se repetindo no presente, de acordo com as necessidades do mesmo. Tais relatos circularam na corte e, serviram como parte de todo um discurso legitimador da monarquia, suas ações e direitos. É possível, inclusive que a própria ideia de que o rei recebeu bolas de tênis seja uma clara referência a uma literatura da Antiguidade clássica, quando Alexandre o Grande teria recebido do rei Dario da Pérsia um jogo para crianças. (PEARSAL, 2001: 164)

Após tentativas fracassadas de conseguir a paz e seus direitos por acordos diplomáticos, Henrique V iniciou seus preparativos para a guerra. Em agosto de 1415 o monarca se direciona para Southampton e a partir de lá é possível perceber um conjunto de elementos simbólicos relacionados à ida do rei à França. “Recuperar”, o trono da França significava segundo os cronistas, reconquistar aquilo que Deus deu ao seu povo eleito, os ingleses, e que foi tomado injustamente pelos franceses. Um certo sentido peregrinatório é revelado através das provações que o rei e o exército inglês vivenciaram. Provações num sentido bíblico, exposto no Deuteronômio, como uma

forma de confirmar que mesmo através das dificuldades os ingleses permaneceram com sua fé em Deus e nos Santos (já com elementos da tradição cristã). A primeira provação ocorre logo ainda na Inglaterra, quando o monarca estava em Southampton, em que nobres de confiança de Henrique V, aliados ao rei da França cometem atos de traição. Os traidores, Richard conde de Cambridge, Henry Scrope e Thomas Grey, foram condenados à morte e o monarca se direcionou para Harfleur.

Mas enquanto isto era feito, alguns de seus próprios vassalos de grande confiança, e que foram subornados pelos franceses, esforçaram-se para desviá-lo de seu propósito, ou como se dizima, simplesmente para assassiná-lo. O rei não havia descoberto sua traição até que ele mesmo estivesse a ponto de cruzar o mar. Aqueles que foram considerados culpados neste ato foram condenados à morte por sua traição, eram eles, Richard, conde de Cambridge, Henry Scrope, e Thomas Grey. Sobre esta perturbação, outros senhores aconselharam ao rei a não atravessar o mar. Mas ele confiou sua causa a Deus, e lançou-se ao mar na festa de S. Tiberius, o Mártir e na Vigília de Assunção da Virgem Santa, chegando ele na costa próspera em Pays du Caux. Ele então proclamou publicamente para seu exército que “nenhum homem deveria roubar a Igreja, causar danos a um padre ou mulher, sob pena de morte.” CAPGRAVE, 1858: 130)⁶

Em sua campanha para conquistar Harfleur, além de ordenar seus homens o respeito às mulheres e à Igreja, Henrique V também, segundo os cronistas, ordenava que seus soldados pedissem perdão a Deus por seus pecados, para assim ter uma campanha com vitórias. “Deste modo, o mal seria extirpado do meio de Israel” (Dt. 22: 21) A segunda provação que o exército inglês enfrentou segundo os cronistas seria uma calamidade, cuja única informação dada por eles seria um “mal no fluxo de sangue” (Cf. CAPGRAVE, 1858: p. 131). Homens importantes para o exército inglês como o conde de Suffolk e o bispo de Norwich, Richard de Courtenay, teriam morrido de tal doença, outros foram enviados de volta à Inglaterra, restando aos ingleses um exército de apenas cinco mil ou sete mil homens. Após as adversidades, Henrique V caminha em direção à

⁶ **(Tradução Livre)** “But while this was doing, some of his own subjects in whom he placed great confidence, and who were bribed by the French, endeavoured to divert him from his purpose, or, as was said, simply to murder him. Nor did the king discover their treason till he was on the very point of crossing the sea. Those who were found guilty in this matter and put to death for their open treason were Richard, earl of Cambridge, Henry Scrope, and Thomas Grey. Upon this disturbance breaking out, the other lords advised the king not to cross the sea. But he entrusted his cause to God, and put to sea on the feast of S. Tiberius the Martyr; and on the vigil of the Assumption of the Blessed Virgin, he made shore prosperously at the Pays du Caux. He then had it publicly proclaimed through the whole army that no man of his should rob a church, harm a priest, or wrong a woman; and that under pain of death.”

cidade de Arques, que teve suas pontes e fortificações reforçadas com o anúncio de uma possível guerra. Depois o rei caminhou em direção à região de Eu, onde pontes e calçadas foram destruídas para evitar sua passagem. Logo, o rei moveu-se para Bowes e Corbie, lá um ataque francês foi contido pela ação dos arqueiros ingleses. Por último o rei passou por um pântano próximo ao Rio Somme, onde o exército mais uma vez repeliu ataques franceses. Segundo a narrativa dos cronistas, Henrique V em seu caminho ao campo de batalha passa por igrejas e paróquias, pedindo auxílio a Deus e aos Santos, reclamando que seus homens fizessem o mesmo, e ainda confessassem seus pecados.

Após algum tempo o monarca inglês chegou com seu exército no campo de Agincourt em Picardia, o campo de batalha. Uma informação chave dada pelos cronistas para entender a estrutura narrativa de suas obras, era tanto o número de soldados ingleses (menor que dos franceses – cerca de cinco mil contra sessenta mil) e o estado de cansaço, fome e sede dos ingleses. Havia segundo os autores um medo de Henrique V em expor seus homens a riscos de derrota. Um cronista desconhecido do final do século XV apresenta um “discurso direto” de Henrique V, que permaneceu na tradição literária e também está – com certas modificações – em Shakespeare. “O rei olhando a grande multidão e o número de pessoas de seus inimigos orou ao Deus Altíssimo por ajuda e socorro, consolou seu povo e orou para que cada homem fosse feito pronto para a batalha; (...)” (AN ENGLISH CHRONICLE, 1856:41)⁷ Tal cronista recupera outro discurso do Deuteronômio, que indica aos homens ter coragem e acreditar em Deus e no caso inglês também em São Jorge, para garantir a vitória.

Quando saíres para guerrear contra teus inimigos, se vires cavalos e carros e um povo mais numeroso do que tu, não fiques com medo, pois contigo está Iahweh teu Deus, que te fez subir da terra do Egito. Quando estiverdes para começar o combate, o sacerdote se aproximará para falar ao povo, e lhe dirá: “Ouve, ó Israel! Estais hoje prestes a guerrear contra os vossos inimigos. Não vos acovardeis, nem fiquéis com medo, nem tremais ou vos aterrorizeis diante deles, porque Iahweh vosso Deus marcha convosco, lutando a vosso favor contra os vossos inimigos para salvar-vos! (Dt. 20:1)

⁷ (Tradução Livre) “The kyng seyng the grete multitude and noubre of peple of his enemye, praide Almy3ti God of helpe and socour, and confortid his peple, and praide euery man forto make him redy to bataille; (...)”

Vejamos agora um discurso, que pretende ter sido direto de Henrique V, apresentado pelo cronista desconhecido de *An English Chronicle*...:

Então disse o rei, “Agora é um bom momento para toda a Inglaterra rezar por nós, e, portanto, apostar nessa boa campanha, e nos deixe ir a nossa jornada” (...) Então disse o rei com voz alta “Em nome do Deus Altíssimo, e de São Jorge, Levantem a bandeira! E São Jorge neste dia vos ajuda!” Então na batalha foram juntos e lutaram bravamente por um longo tempo, mas o Deus Altíssimo e São Jorge lutaram aquele dia por nós, e garantiram ao rei a vitória: e isto foi numa sexta-feira, no dia de São Crispim e Crispiano, no ano de nosso senhor M'.cccc.xv, no campo de Agincourt em Picardia. (AN ENGLISH CHRONICLE, 1856: 41)⁸

Quando Henrique V determina que seus homens confessassem seus pecados aos clérigos para serem perdoados e ficarem livres, além do discurso para que os mesmos não tenham medo do exército francês maior que o inglês, o monarca age como uma espécie de “sacerdote” que o Deuteronômio determina que discursasse para Israel. A Inglaterra e seu povo, de certo modo, tornaram-se através das analogias com o texto bíblico, a própria Israel. Thomas Walsingham vai além, exaltando a ação dos arqueiros ingleses durante a batalha – habilidades garantidas por Deus – e a ação dos santos no evento, tendo destaque três: São Crispim e Crispiano, cujo o dia foi a batalha, e São Jorge, que segundo outro cronista, John Capgrave foi visto lutando com o rei. (Cf. CAPGRAVE, 2005: 133)

Considerações Finais

O discurso da Inglaterra como uma nova Israel é fruto de vários elementos e razões sociais do período. Incorpora um processo de afirmação e centralização da autoridade real, disputas com nações inimigas e quando necessário apontava vitórias como causa de ação divina, mostrando os ingleses como um povo especial. Junto a isto estava um processo de deslegitimação do outro, produzindo diversos estereótipos dos ingleses e seus reis, como escolhidos por Deus.

⁸ (Tradução Livre). “Thanne saide the kyng, " Now is good tyme, for alle Engelond praieth for us, and therefore beth of good chiere, and lat us go to our iourney." (...)And thanne saide the king with an highe vois, " In the name of Almy₃ti God, and of Saint George, Avaunt baner! and Saint George this day thyn helpe!" Thanne the ij bataille₃ mette togedir and fou₃ten sore and longe tyme, but Almy₃ti God and saint George fon₃ten that day for us, and grauntid our kyng the victory: and this was on the Friday on saint Crispyne and Crispiniane₃ day, in the yeer of our Lord M'.cccc.xv. in a fold callid Agyncourt in Picardi.”

No processo de construção da identidade inglesa, os intelectuais ingleses da Baixa Idade Média associam o reino inglês a um passado “maravilhoso”, perpetuando uma memória de “povo eleito” e seus reis como guias levantados por Deus. (Cf. MCKENNA, 1982: 30) Embora o discurso da Batalha de Agincourt seja sobre o rei e seus direitos, isto é confundido claramente com os direitos do povo inglês. Assim, as vitórias do *Rei* são as vitórias do *Reino*, as vitórias da “Nova Israel” dos cronistas do século XV.

Referências

Fontes:

ANÔNIMO. *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI. Written before the Year of 1471*. Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856.

Bíblia de Jerusalém. Tradução das introduções e notas de La Bible de Jérusalem, edição de 1998, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem”. São Paulo: Paulus, 8ª impressão de 2012.

CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*. Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

LEVENSON, Jon D. Deuteronomy: Introduction. In: BERLIN, Adele; BRETTLER, Marc Zvi; FISHBANE, Michael. (Orgs.) *The Jewish Study Bible, featuring The Jewish Publication Society. TANAKH translation*. New York: Oxford University Press: 2004.

USK, Adam. *Chronicon Adae de Usk. A.D. 1377-1421*. Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904.

WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora (1376-1422)*. Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

Referências Bibliográficas

ALLMAND, Christopher. *Henry V*. Los Angeles: University of California Press, 1992.

ALLMAND, Christopher. *Society at war: the experience of England and France during the Hundred Years War*. Edinburgo: Oliver & Boyd, 1973.

CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory: A study of memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CURRY, Anne. *The Hundred Years War – 1337-1453*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

GENET, Jean-Philippe. *La genèse d'État moderne*. Culture et société politique en Angleterre. Edição ebook. PUF: Paris, 2015.

INNES, Matthew. Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future. In: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs.) *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a Ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.

MCKENNA, John W. How God Became an Englishman. In: GUTH, DeLloyd J. & MCKEENA, John W.(Orgs.) *Tudor Rule and Revolution: Essays for Grelton from his Americans friends*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

PEARSALL, Derek. “Crowned King”: war and peace in 1415. In: STRATFORD, Jenny (Org.) *The Lancastrian Court*. Lincolnshire: Harlaxton Medieval Studies, 2001. (Volume XIII).